



# CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

*Carta Final da 53ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima*

## EXCELENTÍSSIMOS (AS) SENHORES E SENHORAS AUTORIDADES DO ESTADO BRASILEIRO

Nós, Tuxauas, Professores, Mulheres, Jovens, Crianças, Coordenadores, Conselheiros, Operadores de Direito, Pajé, Agentes de Saúde, Brigadistas, Agentes de Proteção Territorial e Ambiental Indígenas e demais lideranças dos Povos Indígenas Ingarikó, Macuxi, Wapichana, Ye'kwana, Wai Wai, Yanomami, Patamona, Sapará, Taurepang, de 263 comunidades indígenas, pertencentes às etnoregiões: Amajari, Baixo Cotingo, Alto Cauamé, Murupu, Tabaio, Raposa, Serras, Serra da Lua, Surumú, Wai Wai e Yanomami, membros do Conselho Indígena de Roraima – CIR, presentes na 53ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Estado de Roraima, sob o tema “**TERRA, IDENTIDADE E AUTONOMIA DOS POVOS INDÍGENAS**” com a presença de nosso parente Simão, liderança do povo Guarani Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, sendo realizada no Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, comunidade Barro, Região de Surumu, Terra Indígena Raposa Serra do Sol-RR, nos dias 11 a 14 de março de 2024, vimos exigir o respeito aos nossos direitos e proteção às nossas terras indígenas, de acordo com os artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, e da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, conforme passamos a manifestar e propor:

### I. Direitos e demarcação de nossos territórios

1. Desde que “homem branco” pisou em nosso território não tivemos mais sossego. Ao longo de séculos, fomos dizimados e expulsos de nossas terras ancestrais e a tentativa de extermínio não parou. O mais novo reflexo dessa política genocida histórica é a aprovação da Lei nº 14.701/2023, pelo Congresso Nacional e que está em vigência, que regulamenta a tese do Marco Temporal e por isso a consideramos como a “Lei do Genocídio Indígena”. Ressaltamos que essa tese do Marco Temporal já foi julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na análise do Recurso Extraordinário nº 1.017.365 do caso da Terra Indígena Ibirama Laklano-Xokleng/SC. A insegurança jurídica provocada pela aprovação dessa lei é algo que nos preocupa e tira o nosso sono e nossa paz. É necessário que a Funai e o Ministério da Justiça continuem avançando nos procedimentos administrativos de demarcação de nossos territórios, uma vez que já existe decisão do Supremo Tribunal Federal com relação à inconstitucionalidade do marco temporal, que já declarou que nosso direito ao território é originário e é *clausula pétrea*.

2. Temos conhecimento que os governos (Estadual e Federal) pretendem desenvolver atividades e empreendimentos em nossos territórios, e isso nos preocupa porque historicamente sempre fomos deixados de fora dos debates e decisões que impactam diretamente nossas vidas, mesmo o Brasil sendo signatário da Convenção 169 da OIT, como acompanhamos no caso da UHE Belo Monte. Não queremos que as ações sejam feitas para os povos indígenas, mas com os povos indígenas! O governo Federal com o programa de aceleração e crescimento PAC-3, o Governo



# CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

## *Carta Final da 53ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima*

Estadual com Projeto de Grãos e as Termoeletricas na Serra da Lua, devem seguir com rigor os nossos Protocolos de Consulta (Região Serra da Lua, da Terra Indígena Yanomami, da Terra Indígena Waimiri-Atroari e da TI Raposa Serra do Sol), bem como as decisões das nossas Assembleias Regionais.

3. Manifestamos o nosso apoio às lideranças e às comunidades Arapuá, da Terra Indígena Arapuá, TI Anzol, TI Truaru da Cabeceira, TI Pium, TI Serra da Moça, TI Manoá Pium, TI Lago da Praia, que lutam e resistem há mais de 50 anos pela demarcação e retomada de seu território ancestral e enfrentam diariamente violações de seus direitos, circundados por cercas elétricas, porteiras das fazendas, avanço de monocultura, que ameaçam o direito ao usufruto exclusivo de seu território para pescar, tirar palha de buriti, fazer roça, e serem livres em seu próprio território. Diante das ameaças de morte que têm sofrido, pedimos que o Ministério da Justiça, Ministérios dos Povos Indígenas e Ministério dos Direitos Humanos estabeleçam um plano estratégico concreto para proteger a integridade física das lideranças, como o Tuxaua Gustavo e dos moradores da Comunidade Arapuá, Tuxaua Lazaro Wapichana da TI Manoá/Pium, e das lideranças da TI Pium: Marcio Cleiton da Silva, Maria Oliveira Justino Joenio da Silva, Nadis da Silva Neto e Sara Silva; Tuxaua Leirejane da comunidade Morcego, região de Murupu. Mencionamos que a demora do atendimento dessas demandas leva a ajuizamento de várias ações na Justiça Estadual e Federal de criminalização contra as nossas lideranças, acusando-as de supostamente incorrerem nos crimes de formação de quadrilha, destruição de patrimônio e crimes ambientais. Repudiamos esse cenário de injustiças que rememoram os tempos da ditadura militar em que o Estado perseguia e matava as lideranças que lutavam em defesa de seu território tradicional.

4. A violência histórica que os povos indígenas de Roraima sofreram ainda não foi devidamente reconhecida e reparada pelo Estado brasileiro. Foi em Roraima, na Terra Yanomami, o único caso de genocídio julgado em solo brasileiro. Diversas outras violações de direitos humanos ainda esperam por justiça, é necessário que haja reparação e mecanismos de não repetição. Os documentos da comissão nacional da verdade, realizada pela Comissão de anistia do Ministério da Justiça, foram insuficientes. Mais de 20 lideranças indígenas foram assassinadas brutalmente na Raposa Serra do Sol, bem como a tentativa genocida por parte de arroteiros que incendiaram a Escola Indígena (Centro de Formação) em 2005 enquanto 20 jovens indígenas dormiam, crimes que nunca foram julgados, assim como é o caso de ataque dos militares do exército na comunidade Santa Cruz, à comunidade São Miguel em 2004, Comunidade Homologação, Brilho do Sol e Jawari, invasão à Comunidade Maturuca e a tentativa de assassinato de 10 jovens indígenas na Comunidade Renascer; 12 lideranças da comunidade de Tabatinga, TI Raposa Serra do Sol foram baleadas pela Polícia Militar no dia 16 de novembro de 2021; entre outros crimes que sequer foram devidamente apurados. Exigimos uma reparação histórica e indenização pelos danos físicos, materiais e culturais e aos povos indígenas de Roraima, através do reconhecimento do direito à verdade, à memória e a justiça, instaurando em Roraima políticas para uma justiça de transição séria e que leve em consideração nossa organização social coletiva, que inicie pelo território e não como proposta do Estado, violador histórico de nossos direitos.

**Reivindicamos:**

**CIR**

2



# CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

## *Carta Final da 53ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima*

a. Que o Governo Federal priorize a Funai com orçamento condizente com a realidade dos povos indígena do Brasil para evitar a paralização das ações nas terras indígenas; O orçamento atual é insuficiente e obriga o estado a fazer parcerias com organizações internacionais e fundos de outros países que trazem seus próprios interesses;

b. Exigimos que a FUNAI crie os GTs (Grupos Técnicos) para iniciar o estudo das terras indígenas que têm processo administrativo de demarcação em andamento e de reestudo das terras indígenas: Pium – Tabaió, Manoá Pium - Serra da Lua, Anzol e Truaru da Cabeceira – Murupu;

c. Que o Ministério da Justiça estruture de forma imediata e com os meios necessários, as instâncias com competência para apreciação dos pedidos de demarcação territorial e avance de forma sistemática e ágil na publicação de Portaria Declaratória de todos os territórios que já têm o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação aprovado pela Presidência da FUNAI e daqueles outros que possam vir a partir de agora. Que sejam criados GT's com pedido de reestudo para as seguinte Terras Indígenas conforme Sistema Indigenista de Informação (SII). São elas: TI Moskow, TI Bom Jesus, TI Cajueiro, TI Manoá-Pium, TI Malacacheta, TI Jabuti, TI Ouro, TI Tabalascada, TI Jacamim, TI Mangueira, TI Boqueirão, TI Pium, TI Barata-Livramento, TI Serra da Moça, TI Aningal, TI Truaru, TI Araça, TI Muriru, TI Ponta da Serra, TI Raimundão, TI Sucuba, TI Canauanim e TI Anta;

d. Que a procuradoria da FUNAI acompanhe o caso dos povos indígenas que se encontram em situações vulneráveis, por conta de ameaças físicas e risco de perda de territórios como o caso das comunidades indígenas da TI Serra da Moça, TI Anzol, TI Truaru da Cabeceira, TI Manoá/Pium, TI Ananás, TI Arapuá e TI Pium; lembramos que o processo de retomada é uma resposta a um erro histórico da FUNAI por falha de demarcação durante a Ditadura Civil-Militar perpetrada pelo Estado Brasileiro.

## **II. Meio ambiente e fiscalização de terras indígenas**

1. O meio ambiente deve ser completo, com água, florestas, lavrado, campos, animais, pássaros, rios, toda biodiversidade, e com os povos indígenas. Temos nosso próprio sistema de trabalhar em nossas roças sem desmatamento e uso de agrotóxicos. O Estado tem interferido no sistema de produção e muitas vezes atuando com uso da força policial para amedrontar as lideranças. Um exemplo recente desta ignorância foi a criminalização do Tuxaua Hilario, da comunidade São Domingos e que foi preso trabalhando na sua roça. Nossas comunidades têm uma forma milenar de lidar e prevenir as queimadas e tem apoiado o IBAMA nesta atuação. É revoltante o desconhecimento de agentes públicos da nossa cultura e nossas técnicas de plantios, levando à criminalização de nossas lideranças por suposto “incêndio criminoso”. O Estado é ausente nos nossos territórios para garantir a nossa proteção, e só se faz presente para impor suas leis e nos criminalizar.

2. Nosso território está queimando, e até o presente, não recebemos apoio das autoridades públicas, e toda ação de combate está sendo feito por nós indígenas. As comunidades indígenas de Roraima são pioneiras na organização de brigadistas indígenas que têm atuado de

3



# CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

## *Carta Final da 53ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima*

forma imediato, tanto no combate, como na prevenção do fogo. Esta atuação vem sendo articulada com o IBAMA, e o CIR vem prestando apoio inclusive logístico para os brigadistas. O CIR conta com 64 brigadistas e 120 agentes territoriais e ambientais indígenas (ATAIs) formados que atuam de forma voluntária. Sugerimos que o governo reconheça a categoria e fortaleça o apoio comunitário destes profissionais, com contratação e apoio logístico. Não é por nossa culpa que o estado está em chamas, mas pelo avanço do modelo de produção em grande escala, que desmata e está destruindo o nosso lavrado e buritizais.

3. Em Roraima a seca vem se ampliando desde 2023 e atingiu situações sem precedentes, provocando aumento de queimadas em todas as terras indígenas de Roraima. Secaram-se os lagos, os rios e até a água que conseguíamos acessar com poços artesianos. O nosso lavrado está sendo devastado acelerando o processo de desertificação e a perda de biodiversidade. Isto prejudica de forma drástica nossa segurança alimentar; as mudanças climáticas estão sendo potencializadas pelo uso predatório das indústrias de soja nos limites das terras indígenas que afeta diretamente o lençol freático e contamina as comunidades indígenas por agrotóxicos. Demandamos uma resposta efetiva para garantir acesso à água de qualidade e um programa efetiva de proteção às florestas e dos lavrados. Ressaltamos a importância de discutir com o CIR um estudo sério sobre os efeitos e origens dos agravos das mudanças climáticas no nosso território, pois afeta a vida dos povos indígenas.

4. Somos contra a Construção da Usina de Hidrelétrica (UHE) na Cachoeira do Bem Querer no rio branco, segundo informações preliminares o empreendimento afetará nove Terras Indígenas onde moram mais de 10 mil indígenas (Tabalascada, Malacacheta, Canauanim, Manoá-Pium, Jabuti, Serra da Moça, Yanomami Ye'kwana, Moskow); Somos contra a hidrelétrica no Rio Cotingo afetará centenas de comunidades indígenas da TI Raposa Serra do Sol; e as termelétricas da Região Serra da Lua que está impactando as Terras Indígenas (Tabalascada, Canauanim e Malacacheta).

5. Consideramos fundamentais as ações governamentais de proteção às florestas que são essenciais para nosso modo de vida. É ultrapassada a visão de que os povos indígenas são contrários à conservação da Floresta; ao criar as unidades de conservação dentro dos territórios sem nos consultar restringe o direito ao usufruto territorial e viola os nossos direitos originários. Pesquisas na Amazônia demonstram como somos fundamentais não só para a criação, mas também para a manutenção da biodiversidade da Amazônia. por isso não faz sentido sobreposição de parques geridos pelo ICMBIO dentro de Terras Indígenas. O parque do Monte Roraima na TI Raposa Serra do Sol, tem causado danos a organização social dos Macuxi, Patamona, Taurepang e Ingarikó, que não devem perder o direito ao usufruto exclusivo de suas terras indígenas.

6. Nossos parentes das terras indígenas Malacacheta, Moskow e Serra da Moça sofrem há décadas com o plantio da acácia que provocou danos ao meio ambiente e nunca houve compensação às comunidades. Outro grave problema, é o caso do “Lixão de Pacaraima” instalado na TI São Marcos, nas proximidades da comunidade Ouro preto, que recebe diariamente toneladas de lixo vindo da sede do município de Pacaraima, afetando também a vida e a saúde das comunidades da região Surumu, da TI Raposa Serra do Sol. Exigimos a paralização imediata e a responsabilização do Município de Pacaraima pela prática de crime ambiental;



# CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

## *Carta Final da 53ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima*

7. Denunciamos o garimpo ilegal que vem se alastrando na TI Raposa Serra do Sol, no rio maú; na serra do atola próximo a comunidade Raposa; garimpo na serra do canavial, serra do sabão, serra do pium, serra do machado na região Baixo Cotingo; no igarapé mercê na região de Surumu; garimpo na serra do Araçá, TI Araçá; As terras indígenas Pium, Barata, Boqueira e Anta estão sendo usadas como passagem de garimpeiros para chegar a TI Yanomami; Está tendo focos de garimpo na TI Wai Wai e comunidade Jatapuzinho; A rodovia que liga a comunidade de Jacamim, TI Jacamim está sendo usada por garimpeiros para chegar as áreas de garimpo na Guiana.

8. A proteção e fiscalização das terras indígenas é obrigação do governo Federal, porém, nossas comunidades enfrentam diariamente violências e invasão de garimpeiros, que aproveitam a ausência de fiscalização para praticar crimes ambientais, como vem ocorrendo na TI Raposa Serra do Sol, TI Anauá, e Boqueirão. Diante deste cenário histórico de omissão do estado e ineficiência para efetivar a proteção territorial em áreas fronteiriças, criamos de acordo com nossa organização social, grupo de proteção e vigilância territorial indígena (GPVTI) para proteger e fazer a vigilância dos nossos territórios, ao qual mais de 200 lideranças estão realizando a vigilância das 35 terras indígenas em Roraima.

### **Reivindicamos:**

a. Que a FUNAI e IBAMA realizem levantamento das invasões nas comunidades: Morcego e Serra da Moça, da TI Serra da Moça, região Murupu, onde um número significativo de ocupações tem surgido na proximidade da estrada que dá acesso à comunidade, e tem se expandido para dentro dos limites da terra indígena Serra da Moça, bem como, a pressão de monoculturas de soja que tem colocado em risco a saúde dos moradores, com o despejo de agrotóxicos.

b. Que a FUNAI, Ministério da Justiça priorizem ações de controle e fiscalização das terras indígenas Yanomami, Raposa Serra do Sol, Boqueirão, Wai Wai por meio da elaboração de um Plano Permanente a ser pactuado com as organizações indígenas Hutukara, CIR, SEDUME e URUHI e APIW considerando que o garimpo ilegal, é a maior ameaça à sobrevivência física e cultural dos povos indígenas;

c. Que os crimes ambientais praticados contra os povos indígenas da TI Yanomami e TI Raposa Serra do Sol não fiquem impunes;

d. Que a FUNAI, IBAMA e Ministério do Meio Ambiente realizem estudos sobre os impactos da contaminação das águas nos rios Uraricoera que abastecem as comunidades indígenas das terras indígenas Boqueirão e Pium, região Tabaió, além de estudos das águas dos rios Itacutu, maú, Surumu e Miang;

e. Que o Ministério de Meio Ambiente amplie o diálogo direto com os povos indígenas e suas organizações de base para a construção de políticas relativas ao clima e mudanças climáticas; incluindo as discussões sobre regulamentação do mercado de carbono e REDD+. Até agora o nosso direito de consulta livre, prévia e esclarecida sobre a temática não tem sido respeitado.

f. Que o Ministério da Justiça, Polícia Federal e a FUNAI investiguem com urgência o garimpo ilegal no rio Maú na comunidade indígena Mutum, região Serra, TI Raposa Serra do Sol;



# CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

## *Carta Final da 53ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima*

g. Que a FUNAI, a Polícia Federal, o Exército e demais órgãos incumbidos investiguem a presença de drones que estão sobrevoando a comunidade Morcego, Terra Indígena Serra da Moça.

h. Que seja regulamentada através de Lei federal a atividade desenvolvida pelos Grupos de Proteção e Vigilância Territorial Indígena – GPVTI, que atuam conforme a organização e as decisões coletivas dos povos indígenas de Roraima;

i. Que o governo federal destine com urgência recursos para o enfrentamento da seca severa e das queimadas que atingem as terras indígenas de Roraima em diálogo com o CIR;

j. Que a FUNAI faça um levantamento geral da situação fundiária no Estado de Roraima para identificar os não-indígenas ocupantes que ainda permanecem nas terras indígenas, em especial aos que se justificam em casamentos com indígenas, mas não respeitam os direitos indígenas e nem a forma de organização da comunidade;

### **III. Saúde e educação**

1. O Sistema de Saúde indígena é uma conquista histórica do Movimento indígena para que fosse federalizado e específico para a realidade do nosso povo, porém com Agência Brasileira de apoio a Gestão do Sistema único de Saúde (AgSUS), que sinaliza cuidar da contratação de profissionais de saúde, para nós povos indígenas é mais um retrocesso nesse governo. É gritante a ineficiência dos dois maiores DSEI's do país do nosso território. Em boa parte, isso se deve à falta de autonomia que os DSEI's tem para agir em casos emergenciais. É inadmissível que processos administrativos levem meses e que o estado fique à mercê de instituições privadas para dar respostas que salvam vidas. Se faz ainda necessário avançar na definição da responsabilidade dos DSEI's em relação à atenção secundária e responsabilidades dos municípios e estado. Na prática esta indefinição gera uma violência institucional onde nosso povo deixa de ser atendido devidamente e é o principal prejudicado. Exigimos que os DSEIS continuem atuando a nível federal, mas tenham maior autonomia territorial sob risco de cair em omissão de resposta, como segue sendo o Caso do DSEI Yanomami e também do DSEI Leste;

2. Denunciamos que a CASAI LESTE continua superlotada, e falta atendimento humanizado e adequada, muitas vezes as visitas aos pacientes são feitas sem atender a nossa realidade. Lembramos que a saúde diferenciada teve como referência a experiência de saúde comunitária implementado pelo movimento indígena de Roraima. Isso deve ser respeitado e valorizado como conquista de nossas lideranças tradicionais que tanto lutaram por um subsistema de saúde específico e diferenciado

3. Da mesma forma a política de educação escolar diferenciada é resultado dos avanços do movimento indígena, mas carece do fortalecimento de uma educação que seja de fato indígena. O sistema de educação está impondo um sistema em que a organização social das comunidades não está sendo respeitada indo contra nossa Constituição Federal. Lembramos que na educação escolar indígena é a escola que se adequa à comunidade e não o contrário.



# CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

## *Carta Final da 53ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima*

4. Denunciamos o descaso do Governo do Estado de Roraima na educação escolar indígena, uma vez que das 167 escolas indígenas que temos no Estado, mais de 90 delas não tem um prédio, uma edificação para abrigar as crianças e adolescentes indígenas. Denunciamos a demora na construção e nas reformas das escolas e quadras, especialmente as que deveriam ser feitas com as verbas destinadas pela ex Deputada Federal Joenia Wapichana que ainda não foram executadas. Denunciamos, em especial, a profunda precariedade da educação escolar indígena para atender os povos indígenas yanomami, que não possui nenhum professor yanomami contratado. Denunciamos o descaso com os povos indígenas com a entrega de materiais escolares usados e danificados, de merenda estragada, de falta de transporte escolar, de falta de manutenção e cuidado com as estruturas escolares, falta de agilidade nas obras e falta de condições dignas de trabalho e de valorização dos profissionais indígenas da educação.

### **Reivindicamos:**

a. Que as demandas deliberadas pela assembleia unificada da saúde e educação escolar realizada em 2023 sejam atendidas pelos órgãos competentes, porque infelizmente a maior parte das demandas sequer foram atendidas, como a construção, reforma, ampliação e revitalização das escolas, posto de saúde e das UBS.

b. Que o Conselho Estadual de Educação e o Ministério da Educação - MEC reconheça o Centro Indígena de Formação Raposa Serra do Sol como uma instituição de Ensino indígena autônoma, bem como garanta recursos para contratação de professores, pessoal de apoio e administrativo.

c. Requeremos apoio do Governo Federal ao Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, para destinação de recursos voltados à construção e reforma da estrutura dessa escola;

d. Apoiamos a permanência do Professor Leonardo Pereira para coordenador o Departamento de Educação Escolar Indígena – DEEI.

e. Apoiamos a Professora Pierlangela Wapichana para reeleição da direção dos Campus do Instituto Federal de Amajari – IFRR.

f. Que seja criado no âmbito do MEC a Secretária ou Superintendência de Educação Escolar Indígena em Roraima;

g. Que a Secretaria Estadual de educação e dos Municípios respeitem os calendários das escolas indígenas, e liberarem os professores e alunos para participarem das assembleias gerais e dos movimentos, como Acampamento Terra Livre e dia internacional dos povos indígenas;

## **IV. Infraestrutura e Sustentabilidade**

1. As comunidades demandam investimento para recuperação e reforma das estradas conforme demandadas em assembleias regionais, porém o governo do estado deve manter diálogo com os coordenadores regionais e os tuxauas;



# CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

## *Carta Final da 53ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima*

2. Reforçamos que o Estado Brasileiro deve fomentar a economia indígena sustentável, criando estratégias para desburocratizar e viabilizar a compra de produtos indígenas, financiamento diferenciado para os produtores e selo de produtos indígenas. Nós somos responsáveis pela produção de alimentos orgânicos, criação de peixe, roças orgânicas e sementes tradicionais, que sustentam as nossas comunidades e são comercializadas em feiras regionais. Somos contra qualquer tipo de estratégia que não tenha como ponto de partida o fortalecimento das iniciativas comunitárias que já são vigentes no nosso território bem como projetos que não se atentem para a garantia da produção e manutenção da nossa biodiversidade. Não estamos passando fome e não aceitamos projetos que nos tratem com “pobres coitados”.

### **Reivindicamos:**

a. Que o asfaltamento da BR 401, no trecho que liga à sede do município de Normandia, ocorra conforme as decisões da Assembleia Geral dos Povos Indígenas da TI Raposa Serra do Sol, respeitando o processo de consulta;

b. Que o Ministério Público intervenha sobre a construção da Hidrelétrica do Bem querer e obtenha informações necessárias e exigir o cumprimento do direito de Consulta as comunidades das terras indígenas Tabalascada, Canaunim, Malacacheta, Moskow, Manoa/Pium, Jabuti, Bom Jesus e Serra da Moça;

c. Que seja garantido procedimentos de acesso ao crédito, coerente com a realidade socioeconômica das comunidades indígenas solicitantes, mediante acompanhamento técnico;

d. Que a EMBRABA faça assessoria técnica para viabilidade de construção de um selo para os produtos indígenas;

Por fim, a história do movimento indígena foi construída por mulheres, coordenadores, tuxauas, jovens e lideranças formadas nas bases e que saíram do território em busca de assegurar nossos direitos, conquistados e consolidados a partir de nossa luta, união e resistência. O Acampamento Terra Livre - ATL é um espaço construído pelas lideranças de base e não pode ser transformado em palanque político de promoção pessoal, interesses individuais, de grupos e sem representatividade. Por isso, reforçamos que as deliberações tomadas por nossos parentes, que ocupam cargos ou funções no governo (estadual e federal), sem consulta às bases, não nos representam e contradiz a forma de organização da nossa política do malocão. Reiteramos que qualquer plano ou ação que afete nossas vidas, deve ser submetido a consulta de nossas organizações de base e lideranças.

Afirmamos que “movimento indígena é movimento indígena e governo é governo”.

Centro Indígena de Formação e Cultura, T. I. Raposa Serra do Sol, 14 de março de 2024.

*Abaixo assinado, ASSEMBLEIA GERAL.*